

POLÍTICA

Constituinte: confusão à vista.

Uma outra polêmica ameaça a aprovação do regimento: o PFL e seus aliados, contra o desejo de Ulysses, querem a Câmara funcionando normalmente.

Segunda-feira, se depender da vontade do PFL e dos demais partidos que não concordam com a tese da "soberania absoluta da Constituinte", a Câmara dos Deputados deverá funcionar normalmente, apesar da posição contrária de Ulysses Guimarães. O líder do PFL, José Lourenço, vai forçar o funcionamento da Câmara, dia 9, citando o exemplo do Senado, com sessão marcada para segunda-feira, às 18h30, após a sessão da Constituinte.

A inatividade do poder Legislativo ordinário — Câmara, Senado e Congresso Nacional — como propõe Ulysses Guimarães com o apoio do líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, é agora o principal ponto de divergência na Assembleia Democrática a atrapalhar o acordo para a votação do regimento interno da Assembleia Constituinte. "Com o recesso do Legislativo não haverá acordo na Constituinte", advertiu ontem, em Brasília, o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA).

O líder do PFL não admite o não-funcionamento da Câmara dos Deputados já a partir de segunda-feira. Lembrou que o Senado — apesar das restrições de Ulysses Guimarães — valendo-se de sua autonomia e com respaldo na Constituição, reabrirá suas portas dia 9, às 18h30.

"Com todo o respeito", disse Lourenço, "Ulysses Guimarães não pode sobrepor-se ao texto da Constituição em vigor, vamos exigir o cumprimento da Constituição com o funcionamento da Câmara e do Senado".

Na semana passada, apoiado por quase todos os senadores, o presidente do Senado, Humberto Lucena, resolveu adaptar o regime interno da Casa antes da



José Lourenço

aprovação do regimento interno da Assembleia Constituinte — contrariando recomendação do deputado Ulysses Guimarães.

Pelo projeto de resolução já aprovado pela Mesa do Senado, as sessões poderão ser realizadas diariamente, desde que não coincidam com as sessões da Constituinte. Essa proposta — que irritou Ulysses Guimarães e as esquerdas do PMDB na Câmara — deverá ser discutida e votada no plenário do Senado, segunda-feira, após a sessão da Constituinte.

O Senado também não deixará de organizar suas comissões técnicas, que só se reunirão em ocasiões excepcionais. Normalmente cada relator de comissão dará parecer oral em plenário.

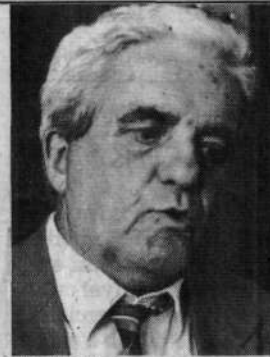
Já na Câmara, Ulysses Guimarães só pretende abrir a sessão depois que ficar definido no regimento interno da Constituinte o funcionamento do Poder Legislativo ordinário — Câmara, Senado e Congresso Nacional (reuniões conjuntas de deputa-

dos e senadores). Enquanto isso não acontecer, pelos planos do presidente do PMDB e da Constituinte, a Câmara ficará inativa, em "recesso branco".

O líder do PFL, porém, não concorda com o esquema de Ulysses Guimarães. Entende José Lourenço que a intenção do presidente do PMDB é forçar uma situação de fato — o não-funcionamento da Câmara e do Senado enquanto estiver funcionando a Constituinte. "Isso pode ser a vontade do dr. Ulysses e das esquerdas. Mas não é o que diz, expressamente, o texto da Constituição vigente. Desde 1º de março, Câmara e Senado devem funcionar normalmente. Os respectivos regimentos estabelecem normas para a organização das comissões técnicas de cada Casa" — afirmou José Lourenço.

Para abrir a sessão é necessária a presença, no plenário, de pelo menos 10% do total de deputados. Resta saber se a liderança do PFL conseguirá algum membro da Mesa Diretora para abrir os trabalhos. Dos sete integrantes efetivos da Mesa o PMDB tem quatro, o PFL dois e o PDS, um. Do PFL, o 1º-vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (MG), poderá ser acionado pela liderança para presidir os trabalhos de segunda-feira.

Câmara e Senado, por sinal, deveriam funcionar normalmente desde hoje, da mesma forma que a Assembleia Constituinte. Por acordo entre Ulysses Guimarães e Humberto Lucena, até segunda-feira prevalecerá o "recesso de carnaval". A maior alegação para a inatividade nesta semana foi a dificuldade dos parlamentares de encontrar lugares nas companhias aéreas para chegar hoje a Brasília.



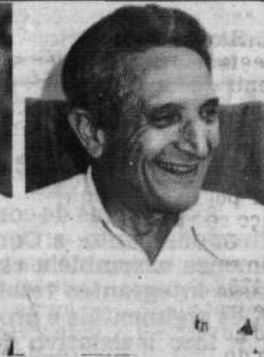
Amaral Neto



Luís Henrique



Faria de Sá



Plínio

Dois blocos funcionam na Assembleia Nacional Constituinte, informalmente, sem estatutos nem líderes, mas com posições bem definidas: o **Centro-Democrático**, comandado pelo líder do PFL, José Lourenço, e o **Progressista**, no momento comandado pelo líder do PMDB deputado Luiz Henrique.

Esta é a opinião de experientes observadores políticos, para os quais tal divisor de águas se tornará ainda mais claro quando forem a debate questões polêmicas, como a reforma agrária, a exploração do subsolo por empresas estrangeiras, o direito de greve, a estatização do sistema financeiro e outros.

Nessa ocasião, então, é provável que se agrupem o PFL de José Lourenço, o PDS de Amaral Neto, o PTB de Gastone Righi e mais ponderáveis setores do PMDB, em torno do que uns chamam **Centro-Democrático**, outros, "forças conservadoras".

De outro lado, estarão parte do PMDB, do PDT, PT e partidos comunistas, com suas agressivas diferenças, agregados no **Bloco Progressista**.

Os confrontos entre as duas tendências apenas começaram na votação do regimento e deverão

Progressistas e conservadores: a previsão é de confronto maior.

continuar, agora, em torno da matéria, e depois mais intensificados quando do debate de matérias substantivas.

Aliança Acabou?

"A Aliança Democrática deixou de existir desde 15 de novembro de 1986. Ficou demonstrado que a Constituição não será o que o PMDB quiser, como se disse. Fica patente, ainda, que depois da promulgação da Carta, teremos a reformulação partidária", segundo Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Para ele "já se organizou o bloco moderado, que será o mentor da nova Carta Magna".

"Depois da Constituinte surgirá o partido de Sarney. Haverá reformulação partidária profunda,

quando surgirá o partido do presidente que será do centro, com muito gosto pelo poder e extremamente confiável", previu José Costa (PMDB-AL).

"Há dois blocos, os moderados e os progressistas, na Constituinte. Não acredito, porém, no surgimento, a curto prazo, de novos partidos. Tudo depende da fixação do mandato do presidente José Sarney. Se for encurtado, poderão surgir novos partidos. Se não, fica no mesmo", afirmou João Agripino (PMDB-PB).

"O PFL assumiu a liderança da maioria conservadora da Câmara. Tornou-se o braço intervencionista do governo na Constituinte", registrou Carlos Alberto Caó (PDT-RJ).

"Estão-se formando o bloco do retrocesso, sob o comando do PMDB, que tem uns 230 a 240 constituintes", denunciou Plínio Sampaio (PT-SP).

"Existe o bloco do Sarney, comandado pelo José Lourenço e pelo Carlos Sant'Anna, que tem 210 a 200 parlamentares", garantiu Eduardo Jorge (PT-SP).

Para Cunha Bueno (PDS-SP) "já há um bloco conservador. Foi o que se ausentou do plenário para não votar o regimento".